

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.477.450 - SP (2019/0089014-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : SIDINEY SILVA PIRES
AGRAVANTE : KATIA GIULIETTI
AGRAVANTE : ROSELY TAMASIRO
AGRAVANTE : MARIA HELENA MIGUEZ FEROS
AGRAVANTE : CESAR GOMES CAVALHEIRO FILHO
AGRAVANTE : MICHELLE DA SILVA FARIAS
ADVOGADOS : LÁZARO PAULO ESCANHOELA JÚNIOR - SP065128
RAQUEL FERNANDA GUARIGLIA ESCANHOELA - SP343865
LAIZ DE MORAES PARRA - SP358201
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : FAGNER ALEXANDRE MARTINS CORREIA
INTERES. : HELISSON PATRICK PAVIA
INTERES. : MAURICIO GOMES NOGUEIRA
INTERES. : MAURO DE ABREU GARROCHO MOURAO
INTERES. : PAVIA SOLUTION - COMERCIO E SERVICOS LTDA
INTERES. : MARTINS CORREIA - COMUNICACAO VISUAL LTDA
INTERES. : ARIA COMERCIAL E SERVICOS DE TECNOLOGIA DE
INFORMACAO EIRELI
INTERES. : MAGM - FILMAGENS E COMUNICACOES LTDA
ADVOGADOS : LÁZARO PAULO ESCANHOELA JÚNIOR - SP065128
RAQUEL FERNANDA GUARIGLIA ESCANHOELA - SP343865
INTERES. : MUNICIPIO DE PRAIA GRANDE

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por KÁTIA GIULIETTI e OUTROS, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.º 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Cumprido o despacho de fls. 1572, prossigo na análise dos autos.

Mediante análise do recurso de KÁTIA GIULIETTI e OUTROS, a parte recorrente foi intimada da decisão agravada em 20/09/2018, sendo o agravo somente

interposto em 17/10/2018.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VIII, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.042, *caput*, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6.º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

A segunda-feira de Carnaval, a Quarta-Feira de Cinzas, os dias que precedem a Sexta-Feira da Paixão e o de *Corpus Christi* não são feriados forenses, previstos em lei federal, para os tribunais de justiça estaduais. Caso essas datas sejam feriados locais, deve ser colacionado o ato normativo local com essa previsão, por meio de documento idôneo, no momento de interposição do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente